

# MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO - PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA PESQUISA HISTÓRICA

Eduardo Romero de Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Cabe observar que há algum tempo os estudos históricos vem considerando a importância dos objetos e do espaço como elementos constitutivos da memória – ou “lugares de memória”, na expressão de Pierre Nora. A memória seria assim definida enquanto uma dimensão imaginária da sociedade, um universo mental que adquire substância social e que cria vínculos do indivíduo com um “todo social”, numa linha de trabalho aberta por M. Halbwachs. E esta noção de memória permite apreender a questão patrimonial. Este culto à memória teve seu lugar de ascensão também através da delimitação do patrimônio histórico - conforme Françoise Choay, desde o estabelecimento das categorias de monumentos históricos, na França, em 1837. A discussão sobre patrimônio tem avançado nas últimas décadas, na medida em que se concebe que objetos, espaços, conhecimentos e manifestações tornam-se “patrimônio imaterial” porque tem valor referencial para a comunidade. Considera-se que as referências patrimoniais são aos objetos constitutivos da memória da formação, formas de trabalho e vida passadas ou atuais. De todo modo, o patrimônio apresenta-se como a materialização de um discurso sobre o passado.

**PALAVRAS-CHAVES:** memória; história oral; patrimônio.

**ABSTRACT:** It should be noted that the studies for some time been considering the historical importance of objects and space as components of memory - or “places of memory” in the words of Pierre Nora. The memory would thus be defined as an imaginary dimension of society, a mental universe that acquires and social substance that creates the individual with a “social whole” in an open line of work by M. Halbwachs. And this notion of memory allows us to grasp the question sheet. This cult of memory had its place also rise through the delimitation of national heritage - as Françoise Choay, since the establishment of categories of historical monuments in France in 1837. The discussion on equity has progressed in recent decades, as it is conceived as objects, spaces, knowledge and events become “intangible heritage” because it has reference value to the community. It is considered that the references are the property constituting the objects of memory

---

<sup>1</sup> Professor do curso de História da UNESP.

formation, forms of work-life past or present. Anyway, heritage presents itself as the embodiment of a discourse about the past.

**KEYWORDS:** memory; oral history; heritage.

## 1 MEMÓRIA E HISTÓRIA

É senso corrente entre historiadores que as discussões sobre memória têm como um ponto de partida nos trabalhos de Halbwachs – **Lês cadres sociaux de la mémoire**, 1925 e **La mémoire collective**, 1950. Este autor toma a vertente da sociologia francesa e Emile Durkheim, em que o social tem precedência sobre o espírito. Assim, para Halbwachs, a oposição entre o espírito e os fatos sociais tem seu equivalente na dualidade entre memória pessoal e memória social. Sendo a memória do indivíduo uma consciência reduzida aos seus próprios recursos, enquanto esta é a reprodução deformada e parcial de lembranças que um grupo admite como comuns e suas (HALBWACHS, 1990, p. 55). Por um lado, há uma memória individual, resultante da “história vivida”; por outro, a lembrança de momentos vividos por membros do grupo (ou do coletivo nacional) são assumidos como a memória coletiva (ou histórica). Conforme Halbwachs, há uma interação essencial entre a memória individual e outra coletiva, pois as impressões pessoais apóiam-se na memória coletiva para atingir o ponto de vista do grupo, criando uma “consciência do grupo”, mas as lembranças coletivas aplicam sobre as lembranças individuais (HALBWACHS, 1990, p. 61-62). Constitui-se assim um vínculo do indivíduo para o grupo, e um liame vivo de geração para geração. Assim transmite-se a vivência de uma época, que são os testemunhos e condutas: “as maneiras de pensar e de ser de outrora que se fixam assim dentro de sua memória” (HALBWACHS, 1990, p. 66). Além disso, o autor fará uma distinção entre a memória coletiva e a história. De um lado, a história é a “compilação dos fatos”, de forma esquematizada e compondo um “quadro total”. De outro, a memória coletiva, é uma corrente de pensamento contínua, com limites irregulares e coexistente com outras memórias coletivas.

A dualidade memória/história foi reafirmada por Le Goff em “Documento/Monumento”, entre “a memória coletiva e a sua forma científica, a história” (LE GOFF, 1998, p. 535). O texto discorre sobre a etimologia dos dois termos para examinar o que foi elegido como testemunho, partindo do *monumentum* como sinal do passado e chega no triunfo do documento no século XIX, como testemunhos escritos. No século XX, a idéia de documento am-

plia-se para todo tipo de testemunho sobre a ação do homem, além da palavra escrita. Os monumentos eram primeiro um objeto (obra arquitetônica ou peça funerária) “legado à memória coletiva”, o objeto presente que testemunha um passado<sup>2</sup>. Segundo Le Goff, os documentos tornaram-se tanto o objeto privilegiado da história, quanto são também recolhidos e acumulados pela memória coletiva. Por um lado, uma história que é uma reflexão crítica sobre os documentos. De como ele é recortado, depurado, criticado. A história o reconhece nele o resultado de uma montagem das sociedades que o produziu e das épocas pelas quais se manteve. Daí portanto o princípio de método mais importante é analisar as condições de produção dos documentos. De outro, uma memória coletiva encontra neles seus fundamentos: sua periodização é alterada conforme se alteram sua forma; conforme o modo como é armazenado e manejado; quando a memória é valorizada através de obras ou edificações, instituídas como patrimônio cultural. A memória aparece, em Le Goff, como intrinsecamente vinculada à matéria do documento; enquanto a história encontra nele seu sentido de ser. Daí a dualidade memória/história apresenta-se como uma condicionante produtiva.

Nesta argumentação por oposição, Pierre Nora (1983, p. 24-25) tenta definir memória e história. “A memória é a vida”, aberta à dialética da lembrança e da amnésia. A história é a reconstrução problemática e incompleta do que não mais existe. A memória é o lugar do presente eterno; a história, uma representação do passado. A memória é coletiva, enquanto a história é universal. A memória enraíza-se no concreto, nos objetos e gestos. A história vincula-se às continuidades temporais. A memória é o absoluto, enquanto que a história, o relativo. Assim, constitui-se uma história crítica da memória. O projeto de estudar os lugares da memória tem se lugar num momento em que há um crescente esforço historiográfico de um conhecimento crítico que se debruça sobre si mesmo (uma história-memória), enquanto decresce a consciência comemorativa (das sociedades-memória do Antigo Regime). Os lugares da memória não são mais “espontâneos” – porque vinculados à manutenção dos valores da sociedade e da ideologia – mas uma necessidade da história (museus, arquivos, coleções, monumentos). Para Nora, frente ao sentimento de perda da sociedade francesa atual, há uma “obsessão pelo arquivo”. A história constitui-se pela dissolução crítica da memória, mas também demanda, explica, mantém os lugares depositários de memória. Como bem observa

<sup>2</sup> A analogia com a ideia de representação é intencional aqui, como será explicado a seguir..

Nora, esta “obsessão pelos lugares da memória” é marca singular da sociedade contemporânea e do conhecimento histórico.

Também por oposição discorre Duby sobre a memória, mas preocupado com a memória-nação. Esta é a memória coletiva, como um discurso ideológico. Recorrendo à definição althusseriana de ideologia, Duby (1976, p. 131-132) defende ser a conduta dos homens pautadas por “imagens que constroem”, de “sistema de representações”. Todo testemunho (textual, visual) é resultante de uma representação parcial, deformada e comprometidos com um grupo social. Portanto, sejam os modelos culturais (estéticos ou morais), seja uma memória dos tempos passados, são produzidos dentro de sistemas ideológicos. Cabe à história uma função desmistificadora. Sendo estes sistemas objetos da história, deve reconstituir o sistema na sua coerência total, para expor a sua distância das realidades vividas e outras ideologias. Mostrando os traços das condições materiais no seio das imagens mentais (DUBY, 1976, p. 139). Inclui para o próprio historiador, que no processo de pesquisa se liberte “das pressões ideológicas das quais ele próprio é prisioneiro” (DUBY, 1976, p. 136). Enfim, a memória é uma construção social, e enquanto tal, uma operação ideológica. Enquanto a história é a forma de conhecimento, e operação cognitiva que tem a memória como seu objeto.

No campo da história política, no Brasil, teve grande repercussão os trabalhos de dois estudiosos da república: Edgar de Decca e Carlos Vesentini. Os primeiros comentários vieram num pequeno texto, “A revolução do vencedor” (VESENTINI e DECCA, 1976, p. 60-71). A preocupação dos autores era a periodização do tempo político e de investigar quem a estabelece. Assim, um discurso político pode discorrer sobre o passado, com uma dupla implicação: este discurso é uma ação política; e o refazer da memória. De um lado, está em jogo a luta política no qual se insere o discurso político presente, no qual a periodização, o reconhecimento de um marco divisor da história que justifica o presente (VESENTINI e DECCA, 1976, p. 61). Por outro, durante o processo político constituiu inevitavelmente uma “memória história” e que foi cristalizada no exercício da dominação; uma memória pela qual se define os sujeitos participantes do processo. Portanto, ao estabelecer-se a periodização foi “apagado o processo” político, substituindo-o por uma memória história, que legitima a dominação do vencedor. Em resumo, afirma-se neste texto que há um movimento de constituição da memória (dentro do processo social), que é simultaneamente a construção do futuro, legitimação do presente e o “exorcizar” do passado. A história (conhecimento) faz a crítica desta memória, para “contribuir em

parte para a recuperação do processo político esquecido” (VESENTINI e DECCA, 1976, p. 70). A perspectiva da dualidade memória/história é a que prepondera, mas retomada em termos marxistas. Nos futuros trabalhos dos dois autores, a memória era definitivamente um tema que passava pela classe social e pela dimensão ideológica.

Em **O silêncio dos vencidos**, Salvadori de Decca (1982, p. 73) entende a “memória histórica” como um dispositivo ideológico, que “legitima o exercício do poder ao definir o campo simbólico através do qual todo o social deve se homogeneizar”. Este autor entende que há uma identificação entre dominação e memória. A memória é suspeita porque estaria comprometida com o poder político dominante; ou melhor, é produzida para prestar-se à legitimação do grupo vencedor. Esta conclusão é alusiva ao discurso político, mas pode ser extensiva também a narrativa autobiográfica – seja de um ativista político ou não, pois ambos serão absorvidos pela periodização do vencedor. E a segunda conclusão é que a memória é uma dimensão simbólica da luta de classes – isto é, uma ideologia. E a análise história tem como perspectiva a recuperação do que foi anulado, da procura da história perdida.

Vesentini (1997, p. 5), em **A teia do fato**, uma idéia de memória focada no procedimento da exclusão. O historiador procurou conjugar a problemática da memória histórica (a eliminação de componentes do processo político pela construção do vencedor) com a percepção da constante apropriação e reelaboração da memória pelo poder. A periodização marca o “ponto de localização de significações e lugar onde é entrevista a realização da história” (VESENTINI, 1997, p. 8). Em Vesentini, a história (conhecimento) não se contrapõe à memória (dimensão social), mas é entendida “como uma memória” (VESENTINI, 1997, p. 6). E procura perceber a contínua integração entre a lógica da explicação herdada e a reflexão sobre o passado - na qual se enquadra a historiografia, ainda que não se resume a esta. Além disso, há várias memórias: a memória da ação do grupo vitorioso, em que o exercício do poder e a temporalidade se unem e impõem-se; a “memória de momentos vencidos”, que tem caráter fragmentário e é atraída pela construção do vencedor (VESENTINI, 1997, p. 10). A memória do vencedor procura manter uma linha de coerência e continuidade que “elide toda uma gama de outras ações, a serem pensadas enquanto dotadas da mesma significação social” (VESENTINI, 1997, p. 19). Esta memória instaura assim “pontos de confluência”, destaca e organiza os referenciais temporais para o entendimento histórico. Isto anula outros significados e temporalidades, pois exclui outras ações e sua relevância, e conseqüentemente fragmenta outras

memórias. A idéia de memória coletiva seria inapropriada para o historiador (VESENTINI, 1997, p. 31), pois o ato de lembrar é uma ação política, inserida numa prática viva do sujeito atuante (VESENTINI, 1997, p. 36), o qual tem princípios, lutas e ações que admite serem significativas. Para Vesentini, esta pontualidade da prática política tem seu contraponto numa lógica mais ampla, que é o resultado do processo da luta. A memória do vencedor permite que aquela prática seja lembrada ou excluída. Em resumo, a hipótese de Vesentini é de que a memória é uma construção estratégica, que é constantemente apropriada e reelaboração como reflexão sobre o passado e para o exercício do poder.

Há um conjunto de hipóteses que nos importa nesta exposição bibliográfica: a dualidade memória coletiva/memória individual; o tema da construção social da memória; a oposição memória/história; a memória como dimensão ideológica; a percepção da constante apropriação e reelaboração da memória pelas práticas sociais ou políticas. Estas hipóteses importam-nos, de uma parte, porque colocam questões que pretendemos discutir em nosso projeto; e, por outra, por estabelecerem “pontos de confluência” teórica (nos termos de Vesentini) dos estudos históricos sobre o tema da histórica.

## 2 MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

À discussão sobre a idéia de memória vem associar-se outra: o da história oral. Alguns dos textos acima são referências para esta linha de estudos históricos – como Halbwachs. E a par deste, no Brasil, a referência que se tornou clássica sobre o tema da memória é do trabalho de Eclea Bosi (1983), **Memórias de velhos**. A autora recupera de Halbwachs a hipótese psicossocial da memória. Neste sentido, deve-se considerar, por um lado, o tema da construção social da memória; em que se pode considerar a importância do contexto social, da convenção e elaboração grupal. E, por outro, avaliar qual a relevância da dimensão onírica da memória, em que a evocação (ou descarte) das imagens forma uma unidade subjetiva, uma “pessoa”. O lugar da velhice na sociedade industrial e a preeminência do trabalho-produtor de riquezas seria o contexto social no qual a autora reconhece as lembranças de velhos (BOSI, 1983, p. 36). Em contrapartida, a autora observa que as lembranças pessoais dos velhos se desenrolam num lugar aparentemente à parte. Nesta dualidade do indivíduo e o social seria encontrada nas narrativas memorialistas. Primeiramente, Bosi (1983, p. 339) irá demonstrar que estas lembranças individuais estão marcadas pelas temporalidades do contexto: do

tempo social que data as lembranças; do tempo da geração que vivenciou e que ao lembrar junto traz uma linha que guia o curso das imagens passadas (BOSI, 1983, p. 341); pelo tempo da família que na lembrança de um episódio ou membro dá a moral e a unidade ao grupo (BOSI, 1983, p. 345-7). Em segundo lugar, também o espaço tem seu lugar nas autobiografias coletadas por Bosi (1983, p. 370), pois “há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres”. Este relacionamento com os lugares e objetos (a casa, a mobília, o calçamento, ruas, os sons) cria vínculos que persistem, mesmo quando alguns deles não estão mais lá. Assim, conforme Bosi (1983, p. 370-1), a resistência da matéria une-se com a narrativa memorialista para cristalizar uma memória. Por terceiro, as análises das lembranças do trabalho deve considerar o tempo subjetivo e a realidade objetiva da estrutura capitalista (BOSI, 1983, p. 390). A memória do trabalho torna-se tanto ensino e conselho, quanto revive uma prática (BOSI, 1983, p. 399). A narrativa memorialista encontra no trabalho o seu motivo de ser, substância da vida (BOSI, 1983, p. 393). Enfim, Bosi mantém a hipótese de Halbwachs, numa versão dialética: a memória do grupo depende das lembranças individuais; que se sustentam, adquirem coerência e coesão pelo que têm de substância social.

Há autores que são particulares as pesquisa em história oral, como Paul Thompson. Seu livro, **A voz do passado**, é referência obrigatória, não apenas pela narrativa clara com que apresenta uma teoria da história oral, mas também pela sua defesa e aplicação educativa. Para este autor, trata-se eminentemente de falar num “método de história oral” (THOMPSON, 2002, p. 104). Daí a história da história oral discorrer sobre o recurso aos relatos orais em Michelet (p. 45), dos literatos românticos na busca da poesia popular, dos etnólogos no século XIX, das biografias e autobiografias no mesmo período, de levantamentos sociais (p. 65), chegando aos métodos de trabalhos de campo da sociologia e etnografia (p. 85). Thompson enfatiza a tecnologia (o uso dos gravadores), que faz parte do surgimento da historiografia oral contemporânea (p. 89). Esta sua linha de raciocínio decorre do entendimento da história oral como método. Há todo um cuidado na obtenção da evidência oral: preparação de informações básicas; identificação das “fontes” de pesquisa; preparação das questões a serem colocadas às “fontes”; registro nítido e anotação de informações adicionais. E a crítica metodológica da entrevista é equivalente aos cuidados da pesquisa documental em arquivos: busca de consistência interna, conferência cruzada com outras fontes; confronto com o contexto (p. 176). Inclusive o cuidado em não recair

na busca ideal da evidência “objetiva” (p. 258-9). Para Thompson, a história oral é acima de tudo uma questão de método.

Neste sentido, muito de sua argumentação ou discorre sobre os detalhes do método ou sobre a questão da “evidência oral”. Neste sentido, observa o rebaixamento da memória para recurso auxiliar, frente ao prestígio do documento (p. 50-6) na sociedade moderna e das fontes impressas com o iluminismo (p. 75). Thompson dedica um capítulo inteiro para argumentar sobre a questão da “fidedignidade” das fontes orais em relação às escritas – há observações insistentes neste sentido por todo o livro. Tomando diferentes fontes escritas (cartas, diários, imprensa, estatísticas, relatórios de governo), o autor procura questionar o caráter de prova absoluta que as fontes documentais, alertando para problemas de fidedignidade que as atinge (imprecisão, inconsistência, falsificação ou distorções premeditadas). Sua citação de Émile Durkheim (tratar “os fatos como coisas”) (p. 143), faz lembrar-nos o esforço historicista de ir “dos documentos aos fatos”. Sua defesa das entrevistas é no sentido de tomá-las como fontes legítimas para a pesquisa histórica, tanto quanto as fontes documentais. Posto isso, se as cartas, estatísticas ou notícias de jornais não são “fatos absolutos”, também não o são as entrevistas. Para Thompson, todas estas fontes representam a “percepção social dos fatos”, igualmente sujeitos às condições sociais em que são obtidas (p. 145). São formas de evidência do “significado social”

O autor observa, aliás, que as entrevistas não são uma fonte complementar, mas tem sua especificidade: “testemunho falado” (p. 138). Isto porque a declaração pode ser checada com o próprio entrevistado. Mas também ela permite escapar de uma condicionante importante das fontes impressas: provir de classes superiores, letradas ou de lideranças (de governo, políticas ou operários). O testemunho oral pode provir de líderes também de pessoas comuns e inclusive analfabetas (p. 171). Como o objetivo relevante ao historiador oral, conforme Thompson, é “revelar as fontes de viés” (p. 158) – e não proximidade com o fato absoluto -, obter os códigos e as camadas de significado social. Se a preocupação com a amostragem ocupa várias páginas, não para argumentar em prol da “veracidade” da fonte oral, mas para que haja uma representatividade que permita estabelecer um quadro de interações e memórias sociais (174). Tanto quanto a biografia individual, a singularidade das histórias de vida tem sua validade para recuperar padrões de comportamentos. E mais, a história oral persegue alcançar a “verdade simbólica” que as narrativas transmitem (p. 185): como os eventos e estruturas sociais são vivenciados e lembrados. Enfim, o testemunho oral traz uma informação significativa, em que é transmitida a

consciência individual e coletiva, através da presença viva das vozes subjetivas do passado (p. 195). Frente à oposição objetividade/subjetividade, Thompson afirma a presença plena do individual nas fontes históricas. Sendo que o destaque ao método é permitir o estudo objetivo da dimensão social. Uma dimensão que deve ser apreendida pelo historiador oral como interpretação dos significados sociais que as fontes orais carregam.

Num texto mais recente, Gwyn Prins sustenta uma argumentação idêntica, quanto à defesa da evidência oral. O autor parte do argumento positivista da história baseada exclusivamente em fontes escritas e a fragilidade das fontes orais (PRINS, 2001). E contrapõe este argumento à defesa arraigada das fontes orais por Thompson. Mesmo sem aderir às funções educativas e sociais defendida por Thompson, Prins mantém a argumentação em termos da oposição história positiva / história oral. Aponta as deficiências que pode atingir a produções de documentos escritos (limitação ao tempo serial, parcialidade dos registros públicos). O historiador contrapõe aqueles problemas que podem ser antecipados na coleta do testemunho oral (má utilização, influência da forma literária e amnésia estrutural). Sua defesa da história oral é pela legitimidade da fonte oral como uma dentre várias. Para Prins, em resumo, os dados orais permitem riqueza de detalhes, que podem ser coligidos com outras fontes e capaz de permitir explicar a continuidade histórica. O que deve tomado com cuidado é justamente a linha de defesa pela idéia de evidência (os “dados orais”), tal qual Thompson – o que denuncia um “resíduo positivista” nesta linha historiográfica. Há alguns pontos particularmente relevantes nesta argumentação: a importância da memória e seu vínculo com as funções da história; a atenção para a cultura oral, que pode ter seu lugar numa sociedade cada vez mais alfabetizada; a temporalidade não se reduz ao texto escrito; e o esforço de explicação da continuidade histórica.

Este debate, em que a positividade do evento e dualidade memória / história, retorna frequentemente. Talvez se possa considerar neste debate o retorno do realismo, tal como concebeu Hayden White (1992, p. 430), pelo qual o conhecimento histórico é a “representação realística da realidade histórica”. O esforço da história em distinguir-se da memória, tem seu equivalente na distinção entre história e ficção: “a ficção como representação do imaginável e a história como representação do verdadeiro” (WHITE, 1999, p. 115). Na argumentação positivista, a memória guarda esta dimensão imaginável – numa argumentação que busca autoridade em Henri Bérghson – enquanto a narrativa histórica que afirma por ser capaz de representar o real, “o que aconteceu”. Numa busca angustiante por se

legitimar enquanto ciência (discurso sobre a verdade). Ao invés, sustenta White, a potência da narrativa histórica envolve a constituição de um conhecimento explicativo.

Discorrendo sobre a obra de Tucídides, Murari Pires (2001, p.95-127) esclarece sobre o projeto de uma história como discurso verdadeiro. Um conhecimento que talvez não se oponha à memória como forma de não-conhecimento ou falso conhecimento. Mas ao contrário, um conhecimento baseado no primado da verdade como princípio teleológico. A história tucidiana declara o presente do acontecimento (testemunhado por ele) e o presente da narrativa (sua composição escrita). Esta narrativa dos acontecimentos coloca-se como contraposto às narrativas poéticas (Homero) e aos contos heróicos (Heródoto). Enquanto estas, pela memorização do fato, iriam aderindo carga mítica; a sua escrita dispõe uma visão clara dos fatos. Alegando trocar o fabuloso e falso pelos “acontecimentos ocorridos conforme a realidade humana”, produz um saber clarevidente e portanto verdadeiro (p. 97). Quanto maior distância em relação ao mítico, maior será a eficácia da narrativa (sua utilidade e valor futuro). Quanto mais próximo dos acontecimentos reais (acessíveis pelo testemunho direto), menos falsa será a narrativa histórica. Assim, porque a história tucidiana afirma-se verdadeira, pode declarar e opor-se à memória mítica como falsa.

Da mesma forma, a discussão sobre a eficácia metodológica da história oral supõe uma separação entre o fato “verdadeiro” descoberto nos arquivos e o testemunho narrado ao entrevistador. As críticas e suspeitas sobre a história oral acabam resvalando para os argumentos do debate historicista. Insiste-se numa distinção entre o rigor da pesquisa documental e a parcialidade da entrevista. É necessário considerar a particularidade da fonte oral, conforme alerta Voldman (1996, p. 247-265), não apenas em suas características intrínsecas - o testemunho tem *a priori* o *status* de fonte. Mas de que o historiador, “ao solicitar uma testemunha, procede uma ‘invenção’ de fontes” (VOLDMAN, 1996, p. 251). Invenção que em termos práticos significa, por um lado, as diferentes formas de coleta de um documento oral e seu controle; e, por outro, o testemunho não se reduz mais à condição de “objeto do conhecimento”. Deve-se considerar o conjunto de questões relativas ao que perguntar, à condução da entrevista, o que fazer com o material coletado. Como também, considerar a seleção de testemunhas em relação aos objetivos da coleta e meios de atingir. Chiara Vangelista (2006, p. 185-193) defende igualmente este caráter construtivo da história oral, tanto do historiador na delimitação da entrevista quanto do depoente, na seleção

de seu relato do passado. Frente a estes traços (no qual a autora entende a dimensão subjetiva do trabalho), há uma declarada busca pela objetividade (no trato da fonte oral ou pelos críticos). Ainda segundo Cléria Costa, em referência direta a história oral, “a história não se constitui apenas de um conjunto de acontecimentos históricos já descobertos, mas através da (re) constituição desses acontecimentos e da criação de novos pelo historiador; descoberta e invenção entrelaçam-se a cada instante” (COSTA, 1997, p. 133-145). Enfim, considera atualmente que a produção do conhecimento histórico supõe um componente problemático (invenção, criação, construção, elemento ficcional).

Dentro desta linha de discussão, a idéia positivista de testemunha como prova e verdade fica evidentemente deslocada, pois o testemunho oral não aparece como uma evidência estável dos eventos da história. Diferentemente, este testemunho coloca-se em relação ao tema estudado pelo historiador e ao lugar que o entrevistado se atribui. O historiador não se atribui mais o trabalho de desvelar os fatos que o tempo enterrou, na imagem de Febvre (1977, v. 1, p. 177). O fato não é uma realidade substancial, mas o historiador fabrica seu objeto. Eis aqui um dos traços epistemológico da operação historiográfica, conforme Certeau (2002, p. 81): a construção de objetos de pesquisa. Outros autores já tem observados que o “objeto” é um artefato ou “invenção” ao invés de uma entidade preexistente: Derrida (1967) e De Mann (1996), na filosofia; Kuhn (1998) e Prigogine (1984), na história da ciência; além de Hyden White, já citado.

Este pressuposto do estabelecimento das fontes também se aplica a história oral. E no caso do historiador que trabalha com fontes orais, esta fabricação faz-se em parte junto com o depoente este história. Contudo, esta dimensão problemática da fonte oral não autoriza abusos da história oral - tanto quanto a idéia de “sujeito de pesquisa”, que tem sustentado um número crescente de postulados éticos de pesquisas acadêmicas. Conforme alerta Michel Trebitsch, não se justifica nem por um discurso em prol da “democratização da história”, como o faz Thompson; nem por discurso militante da “voz do oprimido” (TREBITSCH, 1994, p. 39). Apesar de que estes argumentam, a par de uma “obsessão pela memória”, o crescimento de projetos testemunhais (cf. FERREIRA, 2006, p. 195-203). Deve-se distinguir, por estes motivos, entre o mérito dos projetos testemunhais e a natureza do ofício do historiador. O testemunho oral, como outros tipos de fontes históricas, deverá ser reexaminado à luz de outras fontes, eventualmente posto de lado ou criticado.

No Brasil, há predomínio da linha das histórias de vidas da antropologia norte-americana e das biografias, tanto para a história política quanto para a história social. Maria Isaura P. de Queiroz (1988) descreve as particularidades da história de vida como técnica de pesquisa e sua importância para o enfoque sociológico. Considera que a questão da memória, além dos componentes biológicos, mas também com o contexto sócio-econômico. Assim, as histórias de vidas permitem esclarecer as “relações coletivas entre indivíduos num grupo,” camadas sociais ou contexto profissional (p. 34). Parte do pressuposto que de o que existe de individual é exercido “por uma infinidade de influências que nela se cruzam e às quais não pode por nenhum meio escapar”, de ações exteriores (p. 36). A técnica da história de vida permite, no entrecruzamento da vida individual e o social, identificar “no informante as marcas do seu grupo”. A sociologia, segundo Queiroz, encontra nestes relatos individuais uma subjetividade que “repousaria em materiais coletivos inconscientes, herdados juntamente com as estruturas mentais” (os arquétipos, na teoria de Jung) (p. 39). As histórias de vida seriam portanto instrumentos para atingir, sob modelos de pensamento e ação mais recentes, “as estruturas mentais mais antigas” (p. 40).

Esta conceituação da história oral como técnica de coleta de informações biográficas vem sendo ratificada em alguns manuais ou textos técnicos, que se tornaram referência obrigatória a esta linha de estudos (QUEIROZ, 1991; ALBERTI, 1989; MEIHY, 1996). Há de se considerar ainda outro conjunto de títulos ou artigos que discorre sobre o momento da entrevistas e as dificuldades teórico-metodológicas que lhe seriam inerentes (FERREIRA, 1994; LE VEN, FARIA, MOTTA, 1997, p. 213-343). A título de exemplo, uma referência obrigatória os procedimentos instituídos pelo programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação, na Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), descritos por Verena Alberti (2004). Fundado em 1975, a partir do objetivo de ser simultaneamente um arquivo e centro de estudos sobre a história política a partir da década de 1930. E recolhia depoimentos e histórias de vida de atores e testemunhas dos eventos daquela época. Aspásia Camargo, fundadora do Centro, entende as técnicas de história oral como “constituída por um *conjunto* sistemático, diversificado e articulado de depoimentos gravados em torno de um tema”<sup>3</sup>. A autora sustenta a importância da história oral “como instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana”: meio

<sup>3</sup> CAMARGO, Aspásia. Quinze anos de história oral: documentação e metodologia. In: *Ibidem*, p. 12.

para a compreensão das relações da ação humana com a sociedade, com as redes de sociabilidade, com o poder e com processos macroculturais. Por um lado, a ação individual é via apreensão da dimensão social, de um contexto sociocultural no qual a dimensão subjetiva se afirma. Neste sentido, a argumentação de Camargo vai ao encontro da proposta de Queiroz, citada acima, sobre a marca e influência das ações externas. Por outro lado, Camargo destaca a atenção para a lembrança construída (pela recordação do informante e presença do entrevistador), enquanto uma “abordagem do passado”. A particularidade nesta linha teórico-metodológica, segundo a pesquisadora, é que se “privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (p. 23). O documento oral carrega portanto o peso dos significados impressos nos fatos narrados.

Estas considerações levam-nos a outro ponto: a importância da interpretação dos documentos orais. Paul Thompson já havia feito considerações neste sentido. Apesar do que, no seu horizonte está uma explicação histórica a partir da evidência apreendida através da fonte oral – como também Prins. Os textos brasileiros sobre história oral<sup>4</sup> que foram expostos até agora tem no seu horizonte a memória como uma dimensão mental coletiva. As divergências ou diferenças sobre os procedimentos da história oral trazem implícito um mesmo esforço metodológico de obter um conjunto de biografias que seja, de algum modo, representativo de uma mentalidade coletiva. Por exemplo, José Carlos Sebe destaca a questão metodológica na história oral, tendo em vista abrir possibilidades de entendimento histórico. Partindo da idéia de “recuperação da capacidade narrativa”, do informante como ator, propõe a formação de grupos de entrevistados cujas experiências se cruzam (MEIHY, 1996, p.52). Ao identificar um dilema comum e explicativo da experiência coletiva, o historiador oral estabelece uma pergunta que dê unidade a diferentes depoimentos. Estabelece-se então “redes” de entrevistados, em que as experiências diferenciadas estejam dentro de um mesmo padrão de afinidades históricas. A perspectiva interpretativa que se abre a partir deste procedimento de pesquisa é o estudo de um “universo mental”, a apreensão de uma “continuidade social” (MEIHY, 1996, p. 53).

Este aspecto da memória como constitutiva de uma dimensão mental da sociedade apresenta-se em diferentes conceituais de história oral – principalmente naquelas que se fundamentam nas análises de Halbwachs. É o

<sup>4</sup> Usar o termo “historiografia” para agrupar textos sobre o tema da história oral pareceria contraditório quando há (numa divisão por categoria profissional) historiadores, antropólogos, sociólogos e museólogos.

caso de um texto de Antonio Montenegro. O historiador destaca a “angústia de uma captura impossível”, como uma dimensão epistemológica própria da pesquisa sobre a memória (MONTENEGRO, 1997, p. 200). Num esforço de se distanciar da “perspectiva de uma representação ‘verdadeira’ do passado” (referindo-se ao texto citado de Gwyn Prins), Montenegro sustenta que a mutabilidade da memória impossibilitaria uma reconstrução histórica (MONTENEGRO, 1997, p. 208-9). A memória seria uma “prática social” enquanto refazer constante, pela qual se constroem significados. Sua posição é de retomar a tese de Pierre Nora, da “memória verdadeira”, da percepção do presente alimentado por lembranças; enfim, de um discurso da memória. E ao qual se opõe ao da história, como “deslegitimação do passado vivido”. Em suma, para Montenegro, as operações da memória estariam associadas à “força do imaginário social”, dentro de numa dualidade passado individual/coletivo e que se articula com a história – ainda que distintas em suas funções.

Enfim, a discussão sobre memória exposta aqui procura destacar o pressuposto da dimensão imaginária da sociedade. A memória seria definida muito em função de conceber um universo mental que adquire substância social. Uma das particularidades desta concepção, distinguindo-a de outras dimensões mentais, é ter o passado como foco. Outra é ser uma prática, uma ação presente e recorrente. Desta recorrência, que é ação e refazer do relato sobre o passado, forma-se uma continuidade discursiva e institui-se a herança que se faz presente. A história oral vale-se justamente deste re-memorar para compor um documento de memória, de um discurso sobre o passado – seja através das autobiografias como o faz Eclea Bosi; do depoimento de atores dos eventos históricos, como Aspásia Camargo, ou pela escolha de “redes”, conforme José Meihy. A história encontraria aqui um tipo de documento que permite rastrear uma corrente de pensamento contínua.

### 3 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Esta discussão sobre a memória e a elaboração de relatos orais, colocamos o destaque que estes têm assumido como um novo conjunto de fontes documentais. Cabe observar que há algum tempo os estudos históricos vem considerando a importância dos objetos e espaço como elementos constitutivos da memória – ou “lugares de memória”, na expressão de Pierre Nora. O que percebemos através da discussão sobre a idéia de patrimônio.

Já se tinha observado que sociedade contemporânea tem demandado cada vez mais uma “obsessão comemorativa”. Este culto à memória teve seu lugar de ascensão também através da delimitação do patrimônio histórico, como nos informa Choay (1999). Na França, a Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, estabelece categorias de monumentos históricos. Se durante o século XIX foram inventariados as edificações vinculadas à arqueologia e a história da arte erudita; após a década de 1950, ampliou-se esta catalogação para diferentes formas de arte de construir, seja erudita ou popular. E em diferentes países na Europa, América e outras partes do mundo ocidental, esta herança não pára de crescer com novos tipos de bens. No Brasil, o esforço massivo de identificação de um patrimônio nacional inicia-se na década de 1930. Esforço financiado pelo Estado Novo, mas também formulado por intelectuais. Assim, o foi com Rodrigo Melo Franco de Andrade, que atuou desde a criação da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, e coordenou-o até os anos 1960 Centrando sua proposta de patrimônio em função das idéias de civilização e tradição, conforme mostra José Gonçalves<sup>5</sup>. No discurso de Rodrigo Andrade, o Brasil só se modernizará e será civilizado quando os brasileiros reconhecerem e defenderem sua cultura ou “tradição” como parte da civilização ocidental (p.43-46). O que será viabilizado pelo estabelecimento e defesa de um patrimônio histórico e artístico nacional (espelhado na história da arte e arquitetura universal). A identificação de Ouro Preto como patrimônio nacional e as discussões modernistas em torno da criação do SPHAN são os momentos iniciais desta obsessão do patrimônio no Brasil. A questão do patrimônio será reformulada por Aloísio Magalhães, que assume a direção do SPHAN em 1979. O qual passou então a considerar a idéia dos “bens culturais” como indicadores no processo de identificação de um “caráter” nacional brasileiro. Esta nova ênfase de Magalhães será articulada com as noções de “desenvolvimento” e “diversidade cultural”. Os “bens culturais” atuam no papel de preservar a “identidade cultural”. De modo que o desenvolvimento econômico e tecnológico não implique na perda de autonomia cultural frente aos demais países desenvolvidos (GONÇALVES, 1996, p. 53).

Aliás, estas observações sobre o patrimônio devem levar em consideração a atividades econômica contemporâneas, como é o caso do transporte

<sup>5</sup> Cf. GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos *patrimônios culturais*. *Estudos históricos*, n. 2, p. 264-275, 1988. Vide também GONÇALVES, J. R. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996. Vide também LONDRES, Maria F. C. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 2005.

fluvial e ferroviário que são objetos de nossa pesquisa. Já há algumas décadas tem sido colocada a idéia de patrimônio industrial. Esta noção surge na Inglaterra, onde desde a década de 1950, fábricas e minas foram listados pelo Conselho Nacional de Arqueologia. E estudiosos tem feito levantamentos e análise sobre “vestígios industrial”. Em 1978, foi criado o *The International Comitte for the Conservation of Industrial Heritage* (TICCIH), organismo cuja finalidade é promover a cooperação internacional no campo da preservação, cooperação, localização, pesquisa, documentação e valorização do patrimônio industrial. No Brasil, destaque-se o tombamento das estruturas físicas remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema (Iperó, SP) pelo SPHAN, em 1964. Mais recentemente, tem se considerado que fábricas, minas, pontes e faróis, enquanto patrimônio industrial, não seja entendido como objetos arquitetônicos ou equipamentos técnicos, mas local de trabalho, componentes de rede de transporte e organização de comunicação (MENDES, 1991, tomo XXVI, p. 110-124). Isto é, os patrimônios industriais são os bens físicos relativos à atividade da indústria humana, assim como os ofícios e práticas relativos a estes bens.

A questão da memória tem sido também reelaborada na conceituação sobre patrimônio imaterial. Os objetos, os espaços agregados a conhecimentos, as manifestações com valor referencial para a comunidade: estes são alguns dos elementos que podem ser reconhecidos como patrimônio imaterial - conforme as características que oficialmente se atribui a um bem imaterial<sup>6</sup>. A ideia de patrimônio imaterial repousa em decretos e declarações de organismos nacionais e internacionais, aparentemente bem discriminados: celebrações, ofícios, lugares, música e dança – todos ligados as ideias de diversidade cultural e identidade cultural. Contudo, a sua fundamentação teórica é mais complexa e envolve discussões em diferentes áreas, muitas vezes conflitantes entre si<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Sobre a definição de patrimônio imaterial vide UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris, 2003. E no âmbito brasileiro BRASIL. Decreto 3.551, de 4.08.2000.

<sup>7</sup> SANT'ANNA, Márcia. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: FALCÃO, Andréa. *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares*. Rio de Janeiro: IPHAN / CNFCP, 2005. MUNJERI, Dawson. Tangible and intangible heritage. *Museum International*, vl. 56, tomo 1-2, p. 13-20, 2004. Contudo, a noção é ainda teoricamente controversa cf. LARAIA, Roque de Barros. Patrimônio imaterial: conceitos e implicações. In: TEXEIRA, José. G. L. C. et al. *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília: ICS/UnB, 2004. p. 12-18. E envolve diversas dificuldades de implementação, conforme LONDRES, Cecília. Os inventários nas políticas de patrimônio imaterial. In: LONDRES, Cecília et al. *Celebrações e saberes da cultura popular*. Rio de Janeiro: Funarte / Iphan / CNFCP, 2004. p. 7-13.

Em função da noção de patrimônio imaterial, desde 2000, algumas instituições e pesquisadores têm feito esforço no sentido de conceber modelos ou diretrizes para inventário sobre a celebração e ofícios. Neste sentido, deve-se considerar como principal referência a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC, desenvolvida pelo Iphan. Dentro desta metodologia, um projeto de inventário patrimonial deve estar atento às Indicações das Referências Culturais<sup>8</sup>. Considera-se que as referências patrimoniais são aos objetos constitutivos da memória da formação, formas de trabalho e vida passadas ou atuais (cf. LONDRES, 2003; HORTA, 1999). Contudo, dentro dos próprios grupos de trabalho sobre identificação de um patrimônio imaterial, algumas pesquisas já demonstraram que a riqueza das práticas culturais nem sempre se adequam a roteiros fechados e estruturados, conforme é estabelecido pelos questionários de identificação no modelo do INRC – problema que já foi relatado na produção do Inventário do Complexo do Boi no Maranhão (cf. CARVALHO e PACHECO, 2004, p. 25-34).

Aquela discussão sobre a memória e esta outra de patrimônio tem sido desenvolvido também entre os museólogos. Segundo os novos princípios museológicos, como é apresentado por Cristina Bruno, o patrimônio é “conjunto de objetos derivados das relações do homem com o meio ambiente e outros homens; interpretação dessas relações”.<sup>9</sup> Os objetos são indicadores de memória, portadores de sentidos e significados (p. 17). Em que a herança cultural é a consciência da existência de um patrimônio, de uma densidade de significados depositados no objeto cultural. E em que a apreensão de um conjunto de signos permite a identificação do indivíduo para consigo mesmo, ao seu grupo, no tempo e no espaço (p. 19). Enfim, a nova museologia visa desenvolver processos para que o resultado daquelas relações (o patrimônio) seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades (p. 22); socialização das “referências” culturais preservadas (p. 23); o museu como “agência educacional” (p. 37).

<sup>8</sup> FONSECA, Maria C. L. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: MINC / IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial*. Brasília: MinC/Iphan/Fundação Nacional de Arte, 2003. p. 83-93. SOLIS, Sydnei S. F.; SILVA, Gilson A. A preservação dos processos culturais significativos para a sociedade brasileira. In: Idem, p. 99-104. LIMA, Maria Dorotéa de; MAUÉS, Raymundo Heraldo. Reflexões a propósito do registro do Círio de Nazaré como patrimônio de cultura imaterial. In: FALCÃO, 2005, p. 25-44. VIANNA, Letícia C.R. Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. In: LONDRES, 2004.

<sup>9</sup> Sobre a nova museologia, vide Bruno (1998, p. 19).

Esta formulação de patrimônio tem seu desdobramento na proposta de educação patrimonial. Proposta originária da Inglaterra e que teve sua primeira proposição no Brasil através do Museu Imperial. Horta (1999, p.9), no **Guia básico de educação patrimonial**, o objeto cultural é resultado de um “complexo sistema de relações e significado”, inserida num ciclo de continuidade, transformação e reutilização (realidade cultural). Os objetos históricos e artísticos, as formas de expressão seriam portadores de sentido e significado, apresenta-a como um “instrumento de ‘alfabetização cultural’” (p. 6), através do qual se promove a “*leitura*” do mundo que o cerca (compreensão sociocultural e da trajetória histórica). E também uma dimensão moral: “auto-estima dos indivíduos” e valorização da cultural brasileira. Tendo como orientação metodológica partir da experiência direta das manifestações culturais, que permita seu conhecimento e apropriação consciente, e contribua para o “fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”. A educação patrimonial supõe que objetos sejam expressão cultural, enquanto uma dimensão de significado, produtos de um “espaço criado e transformado pela atividade humana, ao longo do tempo e da história” (p. 17).

Enfim, toda aquela discussão sobre memória deve considerar as novas questões colocadas por este debate sobre patrimônio histórico e patrimônio imaterial: identidade, diversidade cultural, relações de significados<sup>10</sup>. Como também pode apontar para a constituição da memória na relação com outras práticas sociais ou mesmo com práticas que se desenrolam na relação com o ambiente natural.

*Artigo recebido em 3 de maio de 2010.*

*Aprovado em 17 de agosto de 20/10.*

---

<sup>10</sup> Rebecca Gontijo examina, por exemplo, as implicações para o ensino da história desta ideia de diversidade cultural, incluída na proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1996. GONTIJO, R. Identidade nacional e ensino da história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, M. SOIHET, R. (org.). *Ensino da história – conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- \_\_\_\_\_. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.
- BOSI, Eclea. *Memória e sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
- BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. *Museologia e turismo*. São Paulo: CEETEPS, 1998.
- CAMARGO, Aspásia. Quinze anos de história oral: documentação e metodologia. In: ALBERTI, Verena. *Manual de História oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- CARVALHO, Luciana; PACHECO, Gustavo. Reflexões sobre a experiência de aplicação dos instrumentos do Inventário Nacional de Referências Culturais. In: LONDRES, Cecília et al. *Celebrações e saberes da cultura popular*. Rio de Janeiro: Funarte / Iphan / CNFCP, 2004. p. 25-34.
- CERTEAU, Michael de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- COSTA, Cléria Botêlho da. Uma história sonhada. *Rev. bras. Hist.*, v.17, n.34, p. 133-145, 1997.
- DE MAN, Paul. *Alegorias da leitura*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- DECCA, Edgar S. de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DERRIDA, Jaques. *De la grammatologie*. Paris: Minuit, 1967.
- DUBY, Georges. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- ENDES, José A. Arqueologia industrial e patrimônio cultural. *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVI, p. 110-124, 1991.
- EVANGELISTA, Chiara. Da fala à história: notas em torno da legitimidade da fonte oral. In: LOPES, A. H.; VELLOSO, M. P.; PESAVENTO, S. J. *História e linguagens: texto, imagens, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- FEBVRE, L. A história historizante. In: \_\_\_\_\_. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1977. v. 1.
- FERREIRA, Marieta de M.; ABREU, Alzira Alves de. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- FERREIRA, Marieta M. Oralidade e memória em projetos testemunhais. In: LOPES, A. H.; VELLOSO, M. P.; PESAVENTO, S. J. *História e linguagens: texto, imagens, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 195-203.
- FONSECA, Maria C. L. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: MINC/IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial*. Brasília: MinC/ Iphan/Fundação Nacional de Arte, 2003.
- GONÇALVES, J. R. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

\_\_\_\_\_. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos *patrimônios culturais*. *Estudos históricos*, n. 2, p. 264-275, 1988.

GONTIJO, R. Identidade nacional e ensino da história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Org.). *Ensino da história – conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.

HORTA, Marta de Lourdes Parreiras. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LARAIA, Roque de Barros. Patrimônio imaterial: conceitos e implicações. In: TEXEIRA, José G. L. C. et al. *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília: ICS/UnB, 2004.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

LE VEN, Michel Marie; FARIA, Érika de; MOTTA, Miriam H. de Sá. História oral de vida: o instante da entrevista. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. *Os desafios contemporâneos da história oral – 1996*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1997.

LIMA, Maria Dorotéia de; MAUÉS, Raymundo Heraldo. Reflexões a propósito do registro do Círio de Nazaré como patrimônio de cultura imaterial. In: FALCÃO, Andréa. *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares*. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2005. p. 25-44.

LONDRES, Cecília. Os inventários nas políticas de patrimônio imaterial. In: LONDRES, Cecília et al. *Celebrações e saberes da cultura popular*. Rio de Janeiro: Funarte/IPhan/CNFCP, 2004.

LONDRES, Maria F. C. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 2005.

MEIHY, José C. S. B. História oral: um *locus* disciplinar federativo. In: \_\_\_\_\_. *(Re) Introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MONTENEGRO, Antonio T. História oral e interdisciplinaridade. In: Olga Rodrigues de Moraes Von. *Os desafios contemporâneos da história oral – 1996*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1997. p. 200.

MUNJERI, Dawson. Tangible and intangible heritage. *Museum International*, v. 56, tomo 1-2, p. 13-20, 2004.

NORA, P. (Org.). *Les liex de mémoires*. Paris: Gallimard, 1983.

PIRES, Francisco Murari. Tucídides: retórica do método, a figura de autoridade e os desvios da memória. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.). *Memória (res) sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *A nova aliança*. Brasília: EdUnb, 1984.

- PRINS, Gwyn, História oral. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 2001.
- QUEIROZ, Maria I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von. *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- SANT’ANNA, Márcia. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: FALCÃO, Andréa. *Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares*. Rio de Janeiro: IPHAN / CNFCP, 2005.
- SOLIS, Sydney S. F.; SILVA, Gilson A. A preservação dos processos culturais significativos para a sociedade brasileira. In: MINC/IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial*. Brasília: MinC/Iphan/Fundação Nacional de Arte, 2003. p. 99-104.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- TREBITSCH, M. A função epistemológica e ideológica da história oral nos discursos da história contemporânea. In: MORAES, Marieta. *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris, 2003. E no âmbito brasileiro BRASIL. Decreto 3.551, de 4.08.2000.
- VESENTINI, Carlos A. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- VESENTINI, Carlos A.; DECCA, Edgar S. de. A revolução do vencedor. *Contraponto*, n. 1, p. 60-71, nov. 1976.
- VIANNA, Letícia C. R. Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. In: LONDRES, Cecília et al. *Celebrações e saberes da cultura popular*. Rio de Janeiro: Funarte / Iphan / CNFCP, 2004.
- VOLDMAN, Daniele. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- WHITE, Hayden. *Meta-histórica*. Brasília: Ed. UnB, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso*. São Paulo: EdUSP, 1999.